

HABEAS CORPUS Nº 530.073 - PB (2019/0257348-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : OZAEL DA COSTA FERNANDES
ADVOGADO : OZAEL DA COSTA FERNANDES - PB005510
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : VANDERLEI GONCALVES DE ABRANTES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VANDERLEI GONCALVES DE ABRANTES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA assim ementado (fl. 48):

APELAÇÃO CRIMINAL. DELITO DE HOMICÍDIO CULPOSO MAJORADO PELA INOBSERVÂNCIA DE REGRA TÉCNICA DE PROFISSÃO (CP, ART. 121, §§ 3º E 4º). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PROVAS PARA UMA CONDENAÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE INCONTESTES. RELATOS TESTEMUNHAIS UNÍSSONOS. QUADRO DE INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA QUE DEVERIA TER SIDO TRATADO COM EXAMES COMPLEMENTARES. VÍTIMA QUE TINHA EM SEU PRONTUÁRIO ANOTAÇÃO DE TAQUICARDIA. MÉDICO PLANTONISTA QUE, NO DIA DOS FATOS, NÃO AVALIOU ADEQUADAMENTE A PACIENTE, CONTRIBUINDO DE FORMA DECISIVA PARA O EVENTO MORTE. PROFISSIONAIS MÉDICOS - NO MESMO HOSPITAL - QUE AFIRMARAM QUE O QUADRO DE INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA PODERIA EVOLUIR E CAUSAR A MORTE DA PACIENTE. NEGLIGÊNCIA. PREVISIBILIDADE E NEXO CAUSAL COMPROVADOS. DOSIMETRIA ISENTA DE RETOQUES. RECURSO DESPROVIDO.

- Demonstrada a conduta culposa do acusado, médico plantonista do Hospital Regional, que, de forma negligente e sem observar regra técnica da profissão, deixou, embora tivesse condições para tanto, de efetuar exames complementares que aferissem e que pudessem nortear o atendimento à vítima, daí advindo o óbito. Demonstrado, pois, o nexo de causalidade.

- As testemunhas foram uníssonas ao afirmar que o procedimento para quadros clínicos da mesma natureza, ou seja, de insuficiência respiratória, ensejavam - naquele mesmo hospital - a realização de exames complementares, a exemplo de ecocardiograma e/ou eletrocardiograma, o que não foi oportunizado à vítima.

- Manutenção da sentença que condenou o acusado à pena de 2 anos, 2 meses e 20 dias de detenção, em regime aberto; reprimenda corporal substituída por duas penas restritivas de direitos.

Superior Tribunal de Justiça

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 anos, 2 meses e 20 dias de detenção, em regime aberto, pela prática do crime tipificado no art. 121, §§ 3º e 4º do Código Penal, pena corporal substituída por duas restritivas de direitos, uma na modalidade de prestação de serviços à comunidade e outra de proibição de frequentar determinados lugares.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação junto à Corte de origem, que foi improvido.

Alega o impetrante, em síntese, que ambas as Turmas desse Superior Tribunal de Justiça já sedimentaram o entendimento atestando a impossibilidade de execução provisória da pena quando se tratar de pena restritiva de direitos.

Requer, liminarmente, a concessão da liminar para sobrestar a execução provisória das penas restritivas de direito até o trânsito em julgado.

Deferida a liminar e prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, o impetrante requer a concessão da ordem para sobrestar a execução provisória das penas restritivas de direito até o trânsito em julgado da condenação.

Quanto à execução provisória da pena, sabe-se que, ressalvada pessoal compreensão diversa, a Terceira Seção, no julgamento do AgRg no HC 435.092/SP, na sessão de 24/10/2018, manteve a orientação firmada no EREsp 1.619.087/SC quanto à impossibilidade de execução provisória das penas restritivas de direito, sendo indispensável, em tais casos, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal, circunstância que evidencia a presença dos pressupostos autorizativos da medida urgente.

No presente caso, foi deferido o direito do condenado de recorrer em liberdade (fl. 34). Além disso, consoante informações do Tribunal de Justiça (fl. 136) o processo ainda não transitou em julgado, em razão de agravo interposto contra a decisão que não admitiu o recurso especial aviado pela defesa do paciente.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para garantir ao paciente, VANDERLEI GONCALVES DE ABRANTES, o direito de não iniciar a execução provisória da pena até o trânsito em julgado da condenação.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator